

SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NA CIDADE MÉDIA: O CASO DE POÇOS DE CALDAS (MG)

Eduardo de Araujo da SILVA¹
Alexandre Carvalho de ANDRADE²

Resumo:

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar algumas considerações sobre o fenômeno de segregação residencial na cidade de Poços de Caldas, Minas Gerais. Poços de Caldas é uma cidade de relevância histórica, turística e econômica, localizada no sul de Minas Gerais. Categorizada como cidade média, ela apresenta elevados índices socioeconômicos para a média de seus moradores, porém como as demais cidades inseridas na lógica capitalista, dentro do seu espaço urbano podem ser percebidas desigualdades, tanto sociais quanto espaciais. O crescimento urbano do município foi maior a partir da década de 1950, quando houve a diversificação das atividades econômicas. Indústrias de grande porte se instalaram no município, gerando avanços econômicos significativos, além de criar fluxos migratórios consideráveis. Em contrapartida, esse acréscimo populacional expressivo fez que a qualidade de vida na cidade descaísse, gerando problemas de moradias para grupos sociais com menores rendimentos. Na década de 1980, o Poder Público inaugurou o Conjunto Habitacional na região sul, esta que recebeu posteriormente outros investimentos populares em menores escalas. Hoje podem ser visualizadas diferenças socioespaciais materializadas na cidade. Nas regiões próximas do centro e em bairros da região oeste, há moradias com padrões mais altos e atrativos locais, em detrimento às regiões sul e leste da cidade contêm moradias destinadas a um público de menor renda, além das regiões apresentarem problemas socioambientais.

Palavras-Chave: Expansão urbana; Desigualdades Socioespaciais; Cidade média.

INTRODUÇÃO

As cidades capitalistas caracterizam-se por serem fragmentadas, que as tornam diferentes nas suas formas, tamanhos e conteúdos sociais e estruturais, originando um mosaico de diferentes áreas. As áreas que compõe uma cidade foram criadas em diferentes tempos, por distintos processos espaciais e de ações dos agentes sociais.

Da fragmentação urbana, é possível considerar divisões econômicas e sociais do espaço. A econômica deriva da espacialidade das atividades econômicas, sejam elas do setor produtivo, do comércio ou da prestação de serviços. Já a divisão social do espaço urbano caracteriza-se em numerosas áreas sociais, cada uma delas com relativa homogeneidade social interna e heterogeneidade com as demais áreas.

O conceito de segregação é adjetivado de diferentes formas por estudiosos das ciências humanas, como exemplo: social, residencial, urbana, espacial e socioespacial, sendo parte fundamental para entender a produção do espaço urbano. Os investimentos econômicos e as

¹ Graduando em Geografia - IFSULDEMINAS – Campus Poços de Caldas. Bolsista de iniciação científica (NIPE/IFSULDEMINAS). E-mail: eduardosilva081295@gmail.com

² Professor do IFSULDEMINAS – Campus Poços de Caldas, E-mail: alexandre.andrade@ifsuldeminas.edu.br

estratégias de como e onde morar são elementos determinantes na produção das residências. Os agentes produtores do espaço urbano, sejam eles os proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção, o Estado, os agentes imobiliários, assim como os grupos sociais excluídos, realizam práticas espaciais, são quem produzem de forma direta ou indireta, segregação na cidade.

O presente trabalho tem o objetivo de elucidar o fenômeno de segregação residencial na cidade de Poços de Caldas, Minas Gerais. De acordo com Roberto Lobato Corrêa (1989), a segregação residencial pode ser expressa no espaço pelas diferentes classes sociais. Essa materialização pode ser verificada pela diferença da capacidade de cada classe social tem de adquirir ou alugar a moradia que reside, enfrentando, ou não, problemas de como e onde morar. A segregação residencial é vista como um processo que exhibe uma complexa espacialidade, pois nela estão associados diversos grupos sociais nos quais existem e se reproduzem socialmente sobre o espaço urbano da cidade. No Brasil, o conceito segregação foi utilizado, especialmente, para compreender os processos de formação das favelas e aos processos de periferização dos grupos sociais mais pobres (SPOSITO, 2013).

A segregação como processo espacial, é evidenciada de forma mais acentuada em metrópoles (VILLAÇA, 1998; CORRÊA, 2013; CARLOS, 2013), mas isso não significa que este fenômeno esteja ausente em outras escalas, como apontado por Corrêa (2013). Mesmo que em menores intensidades se comparada as metrópoles brasileiras, Poços de Caldas, com 152.435 habitantes (IBGE: Censo Demográfico, 2010), já apresenta expressiva segregação residencial.

MATERIAIS E MÉTODOS

No intuito de embasar os resultados da pesquisa, foram feitas revisões bibliográficas acerca de temas como segregação socioespacial, urbanização e produção do espaço nas cidades. Estas foram complementadas por consultas à materiais referentes à Poços de Caldas, que abordam as questões históricas das formas e processos de urbanização que incidiram no local.

Para evidenciar a expansão urbana de Poços de Caldas foi produzido um mapa (FIGURA 1), utilizando como base os produtos cartográficos disponibilizados pela Prefeitura de Poços de Caldas (1970), e imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth Pro, entre os anos de 1984 e 2018. A edição do mapa foi feita no programa QGIS versão 2.18.14. Trabalhos de campo foram realizados com captura de fotografias, pois, para os estudos urbanos, são pertinentes as fotografias que registram os diferentes usos dos espaços das cidades, os melhoramentos na urbanização, as práticas sociais, as diferenças nas arquiteturas, dentre outras.

Em Poços de Caldas é adotado o conceito de Regiões Urbanas Homogêneas (RUH's) para as parcelas do espaço urbano. Conforme o Diagnóstico do Plano Diretor do município, a cidade

está subdividida em 32 RUH's. Este parcelamento propõe organizar as ações governamentais, no intuito de reduzir as desigualdades em termos de qualidades das habitações e serviços públicos; apropriar, recuperar e tratar áreas urbanizadas; promover articulações dos segmentos sociais; reforçar a estrutura interna das RUH's; e democratizar implantações de categorias de uso, dessa forma controlando atividades potencialmente nocivas aos moradores (POÇOS DE CALDAS, 2006).

No presente trabalho, as abordagens acerca das regiões da cidade foram feitas a partir das seguintes divisões: Centro, representada pelas RUH V, RUH VII, RUH VIII RUH IX, RUH X, RUH XI, RUH XIV, RUH XV e RUH XVI; Leste, representada pelas RUH XVII, RUH XVIII, RUH XIX, RUH XX, RUH XXI, RUH XXII, RUH XXIII, RUH XXIV, RUH XXV e RUH XXVI; Oeste, representada pelas RUH I, RUH II, RUH III, RUH IV, RUH VI e RUH XXVII; e Sul, representada pelas RUH XII e RUH XIII. Os bairros citados terão a indicação de qual RUH eles pertencem, facilitando o entendimento da localização no contexto do espaço urbano local.

Para ilustrar a divisão do espaço urbano em RUH's, outro mapa foi produzido, com os rendimentos domiciliares das Regiões Urbanas Homogêneas de Poços de Caldas (Figura 6). Para a produção desse mapa foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. As divisões foram feitas no Google Earth Pro, seguindo como padrão a relação de bairros e suas respectivas RUH's, indicadas no Diagnóstico do Plano Diretor de Poços de Caldas (2006). A edição do mapa foi feita no programa QGIS versão 2.18.14.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para Roberto Lobato Corrêa (1989), a cidade como objeto de estudo interessa a pesquisadores das ciências humanas e sociais aplicadas e também aos gestores e políticos. São nas cidades que a população se encontra concentrada, nelas existem os fluxos de economias diversificadas, fluxos de decisões políticas, mas por outro lado também são os principais ambientes dos conflitos socioespaciais, resultados de suas desigualdades socioeconômicas.

O espaço de uma cidade capitalista é fragmentado, com diferentes usos justapostos entre si. Nela haverá o centro, concentrando atividades econômicas, de serviços e gestão, as áreas reservadas às indústrias, áreas de lazer, as áreas residenciais distintas para cada fração social e áreas reservadas para futuras expansões. Mas o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, mantendo relações entre suas diferentes áreas O autor exemplifica: “no capitalismo, manifesta-se através das relações espaciais envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia” (CORRÊA, 1989, p. 8).

O espaço urbano também deve ser apreendido como reflexo da sociedade. A cidade capitalista se torna desigual, sua fragmentação e reflexo social geram diferentes áreas. Pode-se, dessa forma, perceber que existe uma forte tendência à formação de áreas residenciais segregadas, refletindo a estrutura social em classes. Mas ao mesmo tempo em que o espaço urbano é reflexo, ele é condicionante da sociedade, favorecendo ou não as condições sociais (CORRÊA, 1989).

A segregação residencial, formada pela divisão social do espaço, começa a ser objeto de estudo de diferentes campos das ciências sociais, dentre elas, a Geografia. A Escola de Chicago foi pioneira a abordar esse objeto de estudo, durante a década de 1930. Os teóricos entendiam a cidade como uma forma de comunidade sujeita à luta pela sobrevivência. A espacialidade desse objeto de estudo, no caso a cidade de Poços de Caldas, é manifestada em áreas, que segundo Corrêa (1989), são onde os grupos sociais de relativa homogeneidade ocupam espaços, viabilizando sua reprodução social, e neste contexto, o espaço condiciona formas de existência.

De acordo com Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013), a temática da segregação espacial não está esgotada, pois as relações entre o homem e o espaço são variáveis e, questionamentos em relação ao presente e o passado ainda podem ser investigados. Estes pontos são particularmente significativos para o Brasil, já que ainda há a necessidade de mais estudos sobre o tema em pauta e verificam-se relevantes mudanças da estrutura urbana do país. Em linhas gerais, a maior parte dos estudos sobre segregação residencial se destina às metrópoles, sendo exemplos os estudos de Maricato (1996), que abordam as desigualdades socioespaciais dentro da metrópole paulistana, e de Abreu (2013) sobre a situação do Rio de Janeiro. Villaça (1998) acorda que a segregação não impede a presença nem o crescimento de diferentes classes num mesmo espaço, no caso das metrópoles, não existe a presença exclusiva de classes de alta renda em uma região em geral, porém, pode haver tal exclusividade, no melhor dos casos, em bairros. Diferentemente disso, existe a presença exclusiva de classes de baixa renda em grandes regiões urbanas.

Segundo Sposito (2013), a segregação revela forte homogeneidade interna no espaço segregado, porém isso não significa que a segregação ocorra em todos os espaços urbanos que tenham homogeneidade interna. Desse modo, a segregação é distinta da diferenciação espacial, acarretada do próprio processo de urbanização. Então, para a referida autora, a aplicação do conceito de segregação só cabe quando a diferenciação das formas espaciais leva à separação espacial radical entre o espaço segregado com o restante do espaço urbano, dificultando as relações entre ambas às partes.

Corrêa (1989) rebusca onde foi formulado o termo de segregação residencial, o primeiro desses processos de segregação. O termo foi formulado por Robert E. Park e, seguindo por Roderick Duncan McKenzie, na Escola de Chicago, que é definido como uma concentração de

tipos populacionais em um território. Entende-se, dessa forma, que a segregação residencial pode ser expressa no espaço pelas diferentes classes sociais. Essa materialização pode ser verificada pela diferença da capacidade de cada classe social ter de adquirir ou alugar a moradia que reside, enfrentando ou não problemas de como e onde morar (CORRÊA, 1989).

As relações sociais se materializam em um determinado local, onde se concretizam em um tempo fixo ou determinado. As classes apropriam-se do espaço para reproduzir suas vidas, isto é, produzir bens materiais para satisfazer necessidades e humanidade do homem (CARLOS, 2011). Desta maneira, Villaça (1998) afirma que a segregação não produz espaços de plena homogeneidade, porque, em diversos casos, ocorrem interações espaciais, em um mesmo espaço, de classes sociais com diferentes extratos de renda em uma mesma região da cidade e em especial da metrópole; no máximo em um bairro, em uma porção espacial mais reduzida esta situação pode vir a se manifestar. Entretanto, ao contrário do que ocorre nas áreas mais valorizadas das metrópoles e grandes cidades brasileiras, para o autor, as áreas periféricas e empobrecidas são marcadas por certa homogeneidade socioeconômica.

Corrêa (2013) contribui para o debate apontando três tipos de segregação residencial: autosegregação, segregação imposta e segregação induzida. A primeira pode ser entendida como uma política relacionada ao público de alto *status* social, como a elite e as camadas superiores da classe média, dotadas de maior renda. Esta visa reforçar formas diferenciadas de existência e reprodução, escolhendo as melhores áreas do espaço urbano e tornando essas exclusivas por razão dos altos preços dos terrenos, sendo dessa forma áreas inacessíveis para outras classes sociais de menores rendas. As áreas autosegregadas são consideradas nobres e possuem segurança aos seus moradores. A segregação imposta é aquela onde os residentes são impostos a viver, sem alternativas de onde e em qual tipo de habitação morar. E a segregação induzida, que é daqueles que têm algumas escolhas, porém dentro dos limites estabelecidos por suas rendas, e pelos preços da terra e das habitações. (CORRÊA, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Poços de Caldas é uma cidade média de relevância histórica e turística, localizada no sul de Minas Gerais. O município apresenta elevados índices socioeconômicos para a média de seus moradores, como o IDHM, que, com índice de 0,779, que está dentre os mais elevados do estado e do país (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013). Seu crescimento populacional foi bem expressivo, passando de 25.237 habitantes em 1950, para 88.354 em 1980, e 152.345 moradores em 2010, sendo a população majoritariamente urbana (IBGE: Censos Demográficos).

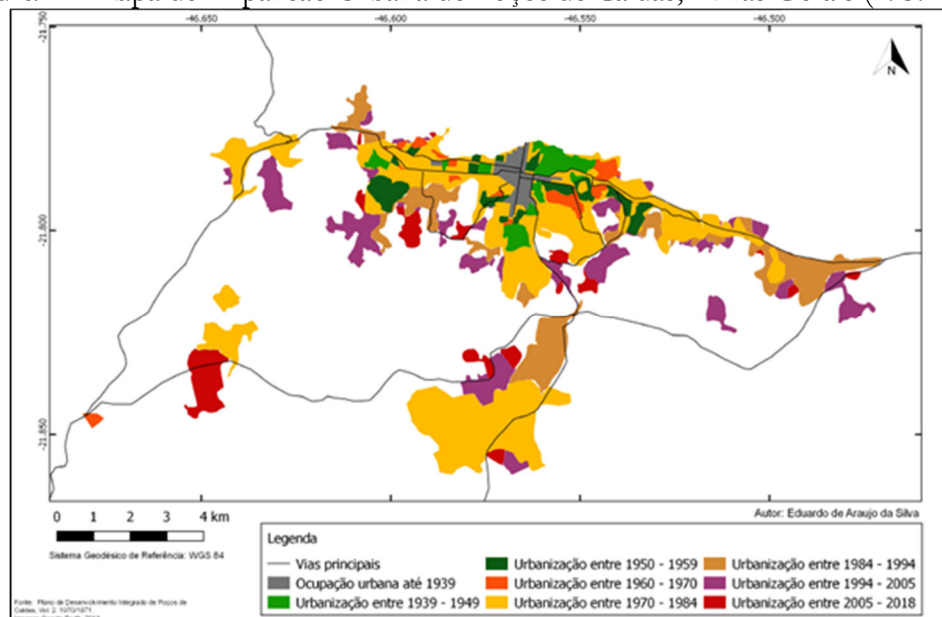
Carvalho (2002) destaca três grandes fases do crescimento populacional urbano brasileiro: primeira fase é marcada fortemente pela concentração econômica na região Sudeste, especialmente

em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Segunda fase, que começa durante a década de 1930, com grandes saltos nas décadas de 1950, 1960 e 1970; esta fase é marcada pelos avanços nos fluxos capitais e de mão-de-obra para a mesma região. É a terceira fase, que começa nos anos finais da década de 1970, onde a taxa de urbanização cresceu em um ritmo acelerado, junto da aglomeração de serviços urbanos na região Sudeste.

Como observado por Carvalho (2002), os níveis de urbanização nacional aumentaram expressivamente a partir da década de 1950. Entretanto, é de se ressaltar que, inicialmente, a urbanização fora mais intensiva nas metrópoles, por estas alocarem maiores ofertas de empregos e possibilidades de ascensão socioeconômica. Mas, a partir da década de 70, as cidades médias passam a receber significativos investimentos públicos e privados, que, atrelados às suas satisfatórias condições socioeconômicas, passaram a apresentar expressivo crescimento populacional (AMORIM FILHO & SERRA, 2001).

O desenvolvimento do setor industrial de Poços de Caldas se intensifica na década de 1950, e, conseqüentemente, a urbanização foi impulsionada (Figura 1), ocasionando um crescimento populacional expressivo nas décadas seguintes. De acordo com Oliveira (2012), esse crescimento está relacionado principalmente à diversificação industrial, ocorrida na cidade entre os anos de 1965 e 1997. A implantação de grandes indústrias, como Alcoa Aluminium S/A, Danone, M&G, Phelps Dodge Corporation e Ferrero do Brasil, contribuiu para que a cidade ganhasse um fluxo migratório expressivo. Houve, por consequência, o desenvolvimento das atividades comerciais e de prestação de serviços, que atendem moradores da cidade e da região.

Figura 1 – Mapa de Expansão Urbana de Poços de Caldas, Minas Gerais (1939-2018).



Pode-se observar que a expansão da malha urbana ocorre com maior intensidade a partir da década de 1970. No contexto brasileiro, a partir do último quarto do século XX, as cidades médias apresentaram um dinamismo diferenciado aos anos anteriores, tanto no que se refere às novas dinâmicas sociais e econômicas, quanto ao crescimento populacional e a expansão urbana. Esse fato gerou novos padrões de distribuição espacial dos diferentes grupos socioeconômicos, implicando em ações de investimento do poder público (CARVALHO, 2002).

A diversificação das atividades econômicas foi benéfica para o desenvolvimento econômico da cidade, porém o resultado dessas novas dinâmicas derivou num expressivo crescimento populacional, que afetou a qualidade de vida dos moradores. (ANDRADE; OLIVEIRA, 2013). As desigualdades socioeconômicas, apesar de haver uma melhoria de suas condições entre 1991 e 2010 (Tabela 1), persistem, e aliadas aos custos dos imóveis, se materializam no espaço urbano de Poços de Caldas.

Tabela 1 – Relação de renda, pobreza e desigualdade de Poços de Caldas - MG.

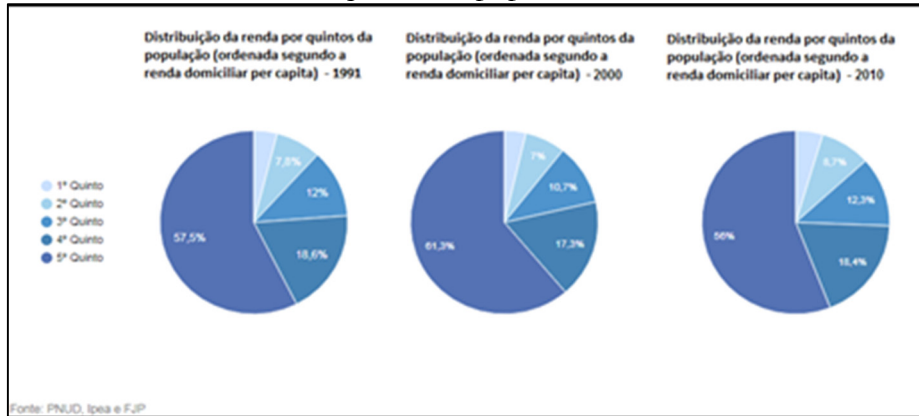
Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Poços de Caldas - MG			
	1991	2000	2010
Renda per capita	580,65	867,68	953,96
% de extremamente pobres	2,63	1,10	0,32
% de pobres	12,67	6,42	2,93
Índice de Gini	0,52	0,56	0,50

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Distribuída a renda por quintos da população, se constata que o quinto mais pobre apropria de 4,6% dos rendimentos municipais, e possui renda domiciliar média de R\$ 222,76. Os intermediários, respectivamente, 8,7% e renda domiciliar média de R\$ 413,33; 12,3% e renda média de R\$ 584,86; e 18,4% e renda média de R\$ 878,33. Os 20% mais ricos apropriam de 56% e têm renda domiciliar média de R\$ 2. 668,94 (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013).

Por meio do gráfico 1, se pode constatar que há desigualdades socioeconômicas em Poços de Caldas, pois enquanto a população do quinto com menor renda apropria de 4,6% do montante municipal, os 20% dos habitantes com maiores rendimentos se apropriam de 56%.

Gráfico 1 – Distribuição da renda em quintos da população dos anos de 1991, 2000 e 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Histórico e diferenciação das regiões da cidade

O município apresenta atratividade turística desde a sua fundação, primeiramente pela presença das águas termais sulfurosas, um dos recursos naturais do local que é explorado até os dias atuais pelas atividades turísticas. Nilza Botelho Megale (1990) descreve que durante várias décadas, antes da fundação do município, a procura pelas fontes termais só aumentava, até que em 1865, o Governo de Minas Gerais designou um engenheiro para avaliar as possibilidades da instalação de um povoado, que junto a este, deveria ser criado: um balneário, casas de hospedagem, caixas d'água e uma ponte. Sete anos depois, foi assinado, na sede da fazenda Barreiro, o documento de doação das terras para a criação do município (MEGALE, 1990). Outro ponto importante para a atratividade de Poços de Caldas até meados do século XX foram às atividades dos cassinos, porém estas foram abolidas por decreto-lei federal em 1946.

De acordo com Andrade (2005), o arranjo espacial do início da povoação se deu onde atualmente é o centro da cidade, em que está localizada grande parte das áreas de visitação para turistas, tais como a arquitetura, as praças e parques, e os monumentos históricos. E refletindo a condição de “centro regional” de Poços de Caldas, a área central também abriga variadas atividades comerciais e de serviços especializados. O centro também tem a vantagem da mobilidade, pois nele se interligam, por meio de vias, os três eixos da cidade: a região oeste, pelas Avenida Champagnat e Avenida João Pinheiro, a região leste pelas Rua Marechal Deodoro, Avenida José Remígio Prezia, posteriormente Avenida Pres. Wenceslau Braz, e a região Sul pelas Avenidas Santo Antônio e Vereador Edmundo Cardillo. Desse modo, o centro trás variadas amenidades, como áreas arborizadas, mobilidade e infraestruturas de comércio, serviços e lazer.

Na região oeste, de ocupação mais efetiva após 1970, encontram-se o *shopping-center* (este podendo ser considerado um ponto atrativo para toda a cidade e região, ao ofertar diversos comércios e serviços), instituições de ensino superior privada e pública, o parque municipal Antônio Molinari, e pontos turísticos, tais como o Véu das Noivas, Represa Bortollan, e Zoo das Aves. Essa região se encontra entre o centro e a divisa interestadual de Minas Gerais e São Paulo, tendo importância na circulação intramunicipal, mas também na ligação outros municípios.

A região sul da cidade começa a se expandir de forma orgânica durante a década de 1960, onde houve a instalação de unidades industriais. Devido as demandas, as moradias do Conjunto Habitacional Dr. Affonso Junqueira, construídas nas décadas de 70 e 80, foram destinadas para a população de menor renda, estando este bairro um tanto distante da área central de Poços de Caldas, o que denota uma nítida segregação socioespacial. Desta forma, seja pela ação do poder público, ou dos investidores privados, a região sul foi se consolidando por uma região periférica, por questões geográficas, socioeconômicas e de *status* social.

O bairro Jardim Kennedy, também localizado na região sul, teve seu início nos últimos anos da década de 1960. O local apresentou problemas de abastecimento de água e falta de rede de esgoto até meados da década de 1980 (BERTOZZI, 1984). Na atualidade o bairro apresenta problemas de riscos ambientais, como a existência de áreas alagáveis, conforme exposto na figura 2. Decretos municipais foram criados, a partir de 2007, com a finalidade de desapropriar glebas do bairro localizadas nas áreas com grande risco de inundação, como os decretos nº 9.547, 9.604, 9.654, 9.708, 9.769, 9.832, 9.984, 10.095, 10.096 e 11.817.

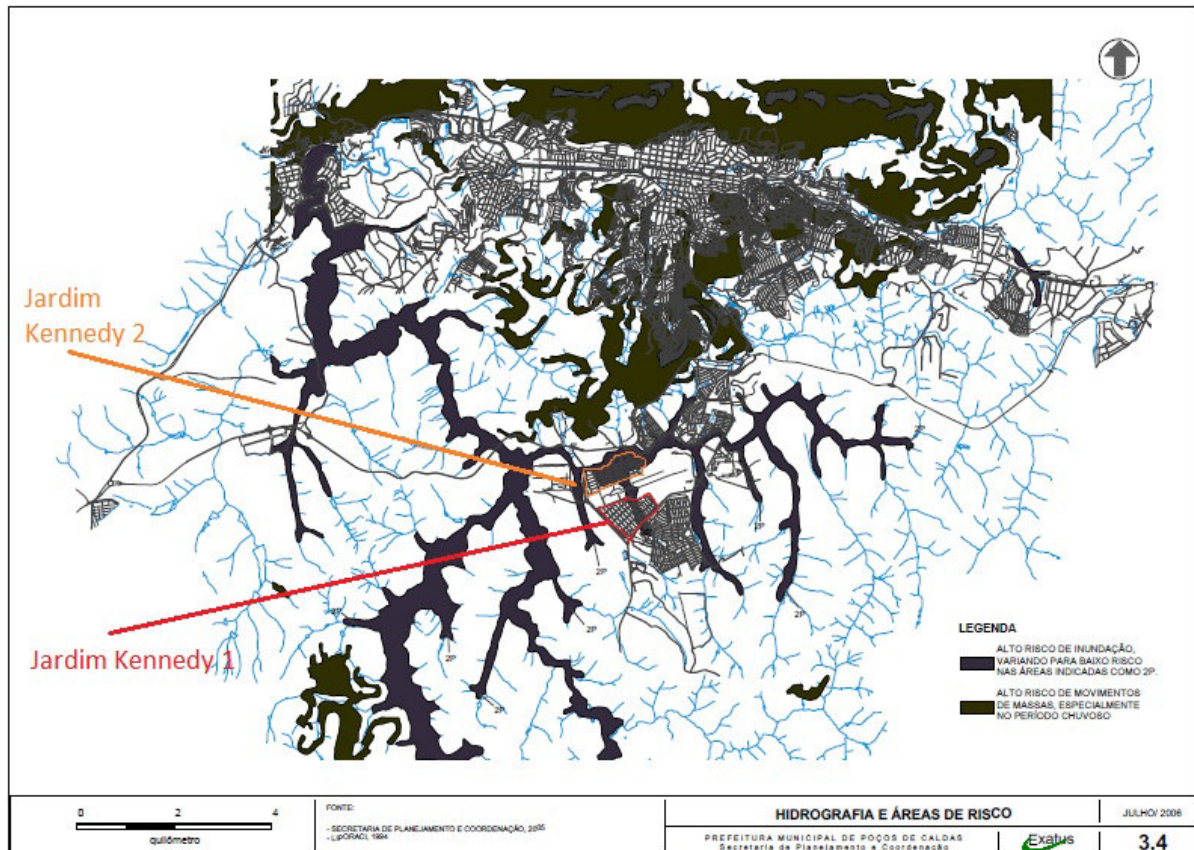
Por sua vez, a região leste da cidade não possui infraestruturas comerciais e de serviços com maior atratividade para moradores de outras partes da cidade, e se trata de uma área em que predominam bairros com populações de baixos e médios rendimentos, que se expandiram, desde os anos 50, em locais com significativas declividades. A região também é a que apresenta mais áreas com alto risco de movimento de massas, especialmente em dias chuvosos (Figura 2).

Ambas as regiões (sul e leste) não apresentam amenidades naturais significativas, equipamentos funcionais com maiores atratividades, e são as regiões que apresentam mais riscos ambientais. Estas situações reforçam seus quadros de periferias, dentro da área urbana local.

O valor venal do solo urbano varia entre as regiões da cidade. De acordo com Villaça (1998), não é apenas o valor do solo urbano que determina as divisões das classes sociais pela cidade, mas esse fator não deve ser desconsiderado. Corrêa (1999) entende que os preços do solo

urbano são refletidos conforme as diferenças espaciais na localização das residências, tanto por causa da acessibilidade que traz conforto, quanto pelas amenidades que trazem qualidade de vida.

Figura 2 – Mapa de Hidrografia e Áreas de Risco, no ano de 2006.



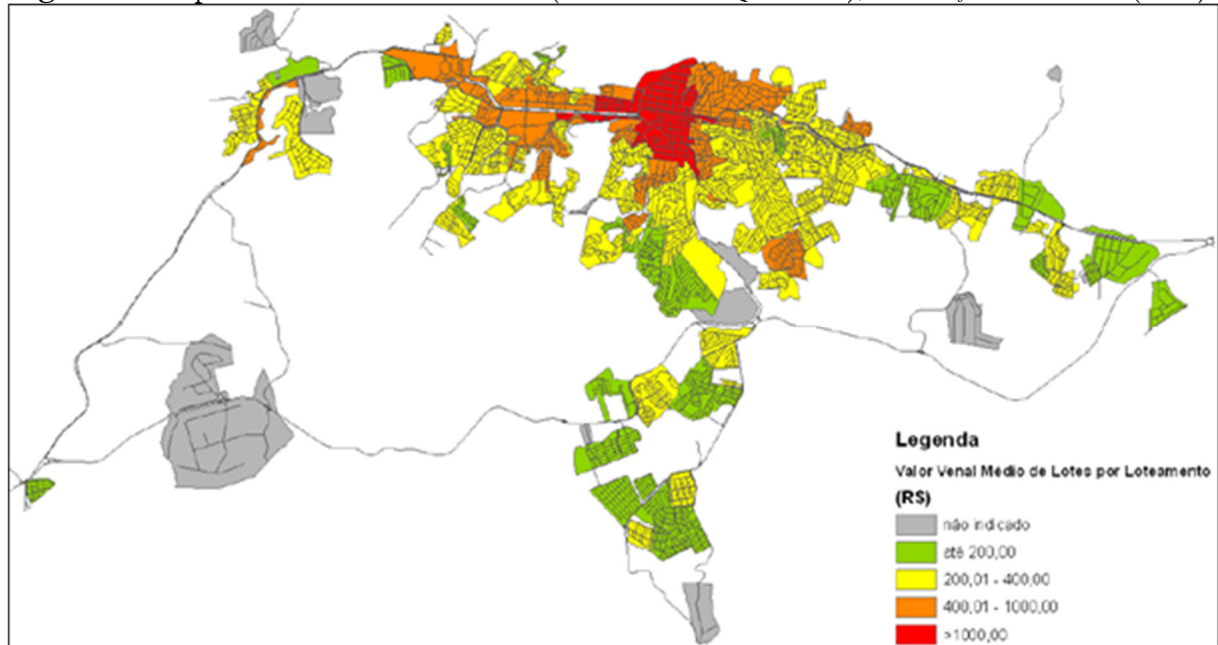
Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (2006).

No contexto de Poços de Caldas, o centro é o local mais valorizado da cidade (Valor médio venal > R\$1000,00 por metro quadrado). Atualmente, a função dessa região está voltada para atividades do setor terciário, que incluem o comércio, os serviços públicos e privados, e o turismo. Os bairros que circundam o centro e grande parte da região oeste têm valores venais relativamente mais altos do que os bairros que se encontram nas regiões leste e sul (FIGURA 3).

Sob a ordem do capital e a sua lógica da valorização, o solo urbano é incorporado pela economia capitalista como uma mercadoria, que o transforma em valor de troca, tornando-o produtivo, assim redefinindo a produção do espaço urbano (CARLOS, 2013). E esta condição também fica perceptível na cidade de Poços de Caldas. A existência da propriedade privada “despedaça” a cidade, limitando seu acesso, promovendo a separação dos usos e das funções do

espaço urbano e restringindo as práticas socioespaciais. O que une e permite a articulação dos fragmentos da cidade é o Estado, que normatiza a vida cotidiana, legitimando a propriedade privada do solo como um direito; direciona o processo de valorização e desvalorização dos lugares por meio das políticas públicas; e cria discursos que fundam a lógica do crescimento, justificando a distribuição dos recursos aplicados nos espaços produtivos (CARLOS, 2013).

Figura 3 – Mapa de Valor Médio de Lotes (Reais/Metro Quadrado), em Poços de Caldas (2016).

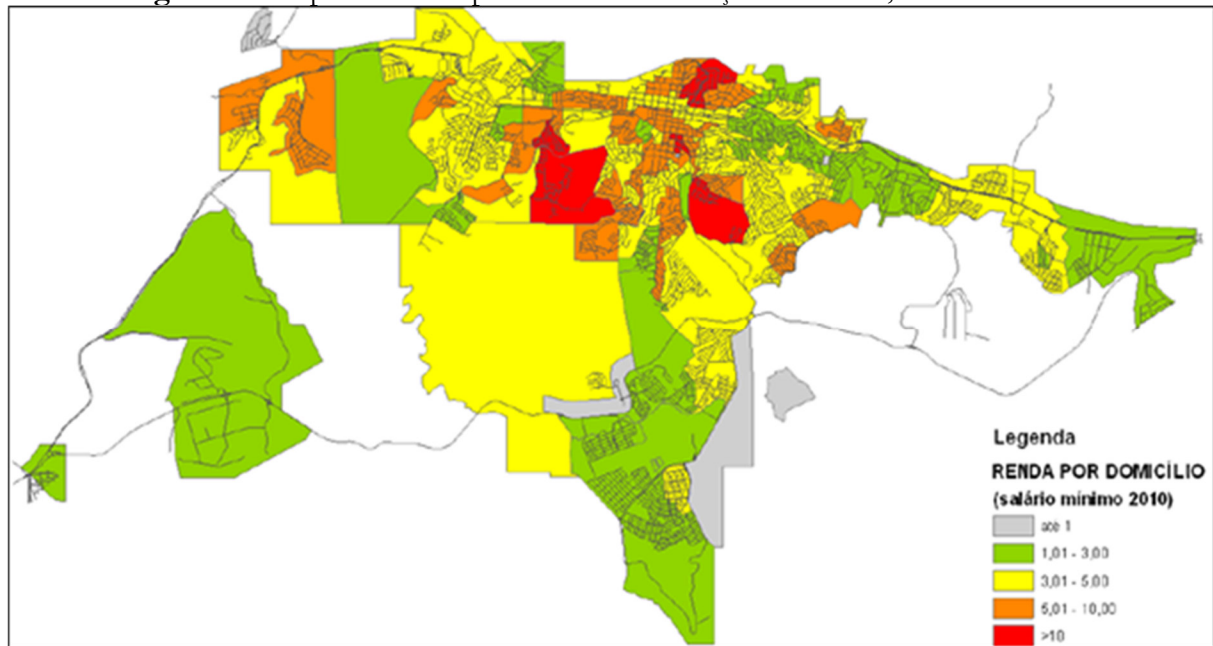


Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (2016).

Diferenciação nas rendas domiciliares e padrões das moradias

Os aspectos históricos de ocupação espacial resultaram em áreas com maiores amenidades, valores diferenciados de solo urbano e os loteamentos criados para populações de menor renda. Atualmente, na cidade os padrões das moradias variam entre os bairros, e são resultados das diferenças de rendimentos entre seus moradores (FIGURA 4).

Na figura 4, pode-se observar que os valores de renda por domicílio variam entre as diferentes regiões da cidade no ano de 2010. Os locais onde se encontram as maiores médias de renda por domicílio (renda acima de dez salários mínimos) são os bairros: Residencial Pitangueiras, Jardim Novo Mundo I, Jardim Novo Mundo II e Jardim Europa (Bairros localizados na RUH VI), parte do Jardim dos Estados (que está localizado na RUH XIV), bairro Jardim Del Rey (RUH XVI) e domicílios que se encontram no centro, especificamente nas quadras circundadas pelas vias: Rua Barros Cobra, Rua Corrêa Netto, Avenida Santo Antônio, Rua 15 de Novembro, Rua Rio Grande do Norte e Rua Santa Catarina (RUH IX).

Figura 4 – Mapa de Renda por domicílio de Poços de Caldas, no ano de 2010.

Fonte: Prefeitura municipal de Poços de Caldas (2016).

A região oeste apresenta rendas domiciliares altas nos bairros localizados na RUH VI, porém na mesma região se encontram bairros com rendas domiciliares inferiores, de 1 a 3 salários mínimos, tais como Vila Rica I, Vila Rica II, Jardim Gama Cruz e Chácara Santa Bárbara (bairros localizados na RUH IV). Na RUH III, os bairros Maria Imaculada e parte do bairro Jardim Country Club (especificamente as quadras circundadas pelas vias: Rua Augusto Zono, Rua Antônio Emídio de Resende, Rua Senador Salgado Filho, Rua São José, Avenida João Pinheiro, Rua Caetano Peterle e Rua Evangelina Mourão Vivas) também apresenta rendas médias domiciliares de 1 a 3 salários mínimos.

Na figura 5, há duas imagens que evidenciam os contrastes existentes na região oeste. A primeira ilustra moradias localizadas no bairro Vila Rica II (RUH IV), com lotes menores e onde partes destas estão sem acabamento, que evidenciam a autoconstrução. A segunda imagem é de moradias localizadas no Jardim Novo Mundo (RUH VI), que ocupam terrenos mais amplos e são feitas com materiais de melhor qualidade.

Figura 5 – Diferenciação das moradias entre bairros da região oeste de Poços de Caldas (2016).

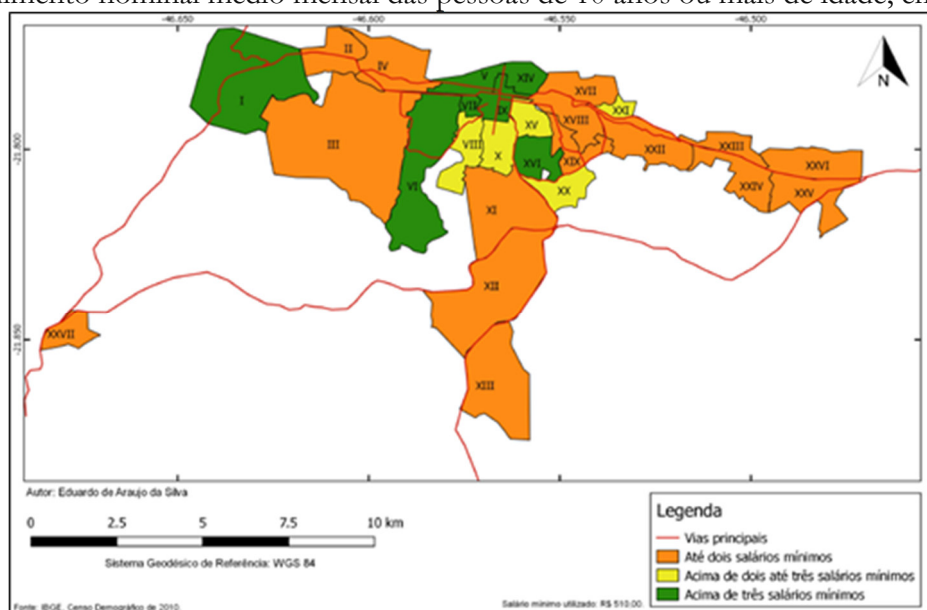
Fonte: Arquivo pessoal de Eduardo de Araújo da Silva.

Os bairros da região sul da cidade (RUH XII e RUH XIII), apresentam rendas domiciliares inferiores, sendo em grande maioria com rendimentos entre 1 a 3 salários mínimos, com exceção

dos bairros Jardim Contorno, Jardim Esperança e Parque das Nações, que tem a renda média de 3 a 5 salários mínimos. Por sua vez, na região leste as médias de renda domiciliar em maioria se enquadram de 1 a 3 salários mínimos e de 3 a 5 salários mínimos. São exceções os bairros Residencial Colinas do Sul e Jardim das Hortências (RUH XX), e Residencial Torre e Parque Primavera (RUH XXI), que apresentam rendas médias de 5 a 10 salários mínimos.

O valor nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade varia entre as Regiões Urbanas Homogêneas da cidade, conforme se pode observar na figura 6.

Figura 6 – Mapa das Regiões Urbanas Homogêneas de Poços de Caldas: Variável - Valor do Rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, em 2010.



Fonte: O próprio autor.

Quase todas as RUH's que compõem a área central, sendo exceção a RUH XI, apresentam índices acima de dois salários mínimos. Vale ressaltar que na RUH XI se encontra o bairro São José, mas este, apesar da localização próxima do centro, está localizado numa área de risco ambiental, e possui baixos índices como valor venal dos lotes e renda por domicílio. Assim, nesta região, a mais rica da cidade, também se observa diferenças socioespaciais (FIGURA 7).

As RUH's I e VI que estão na região oeste, também apresentam o maior nível médio de rendimentos nominal. Na RUH I se encontra o Residencial Campo da Cachoeira, um espaço de autosegregação, constituindo um condomínio fechado, às margens da represa do Bortollan, destinado a um público de maior renda. A RUH VI, que igualmente abriga um condomínio fechado (Pitangueiras), também conta com amenidades socioambientais, tais como espaços públicos (Parque Municipal Antônio Molinari, o Country), e apresenta certa proximidade com instituições

de ensino superior, centros de saúde, e o shopping-center, fatores que colaboram, juntamente com a existência de vias que a interligam rapidamente com a área central da cidade, para sua valorização mercantil e de *status* social.

Figura 7 – Produção do espaço entre o centro de Poços de Caldas e o bairro São José, em 2017.



Fonte: Arquivo pessoal de Alexandre Carvalho de Andrade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de segregação é adjetivado de diferentes formas, e estudado por variadas ciências humanas. O presente trabalho teve como intenção mostrar que dentro de uma cidade média, no caso Poços de Caldas, também podem ser vistas distintas realidades no que se refere à ocupação dos espaços urbanos pelas diferentes classes sociais.

A cidade é um espaço dinâmico, que pode estar em constante mudança, tanto de suas formas quanto de seus conteúdos sociais. A partir da década de 70, os índices de urbanização aumentaram expressivamente no Brasil, e as cidades apresentaram significativos crescimento populacionais, expansão urbana e adensamento de construções, o que, por consequência, resultou em contrastes socioespaciais. Poços de Caldas, inserida nesta realidade, enfrentou problemas

urbanos, como a certa incapacidade de atender as necessidades urbanas de todos os seus moradores, em especial a partir da década de 70, quando o crescimento populacional fora mais significativo, o mercado imobiliário e o capital especulativo atuaram com maior intensidade, e o país, assim como o município, enfrentou algumas crises econômicas.

A região sul e leste da cidade cresceram expressivamente a partir da década de 70. As duas regiões revelam os índices de renda e valor venal inferiores as regiões oeste e centro. Além disso, alguns bairros dessas regiões apresentam riscos ambientais. Conforme a definição de Corrêa (2013) acerca das formas de segregação, ambas as regiões podem ser consideradas como áreas de segregação induzida, por serem ocupadas por moradores que possuem condições relativas de escolhas, mas que, entretanto, enfrentam limitações estabelecidas pelos preços da terra e das moradias.

Por outro lado, partes da região oeste e do centro são áreas privilegiadas em variados aspectos, desde mobilidade, acesso a serviços, reduzidos riscos ambientais, amenidades naturais e melhor qualidade das moradias. Inclusive, na região oeste, refletindo a descentralização da riqueza urbana refletida em residências, já são implantados condomínios fechados, que podem ser considerados como espaços de autosegregação, além disso esta região também constitui uma área que apresenta significativo processo de verticalização, e de desenvolvimento de setores comerciais e de prestação de serviços voltados às populações com maiores rendimentos.

As variadas formas de uso do solo no espaço urbano de Poços de Caldas, portanto, refletem as condições de rendimentos de seus moradores e investidores, tais quais ocorrem em outras cidades médias e metrópoles inseridas na economia capitalista. E neste processo, as áreas da cidade que apresentam melhores condições paisagísticas, socioambientais, funcionais e de acessibilidade, como as regiões central e oeste no contexto de Poços de Caldas, adquirem maiores valores mercantis, e por consequência atraem pessoas com maior poder aquisitivo, relegando aos demais as áreas menos atrativas da cidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

AMORIM FILHO, O. B; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T.A; SERRA, R.V (orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p 1-34.

ANDRADE, A. C. **Paisagem e Qualidade de Vida em Localidades Turísticas: O Caso de Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro: 2005.

ANDRADE, A. C.; OLIVEIRA, T. A. O crescimento populacional em um centro receptor de turistas e a percepção de seus moradores: a situação de Poços de Caldas (MG). **Caderno de Geografia**, v. 23, n. 40, p. 48-66, 2013.

ATLAS BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 1 de jul. 2018.

BERTOZZI, I. R. S. Jardim Kennedy ou Purgatório?. **Jornal da Mantiqueira**. Poços de Caldas, 11 ago. 1984. Cartas a redação, p. 5.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2011.

CARVALHO, E. Cidades brasileiras, crescimento e desigualdade social. **Revista ORG & DEMO**, v. 3, n. 1, p. 45-54, 2002.

CORRÊA, R. L. et al. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-59.

CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 de ago. 2018.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. Editora Hucitec, 1996.

MEGALE, N. B. **Memórias históricas de Poços de Caldas**. Sulminas, 1990.

OLIVEIRA, E. M. **Dinâmica locacional das indústrias e a produção do espaço urbano em Poços de Caldas (MG)**. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro: 2012.

POÇOS DE CALDAS, Prefeitura Municipal de. **Hidrografia e Áreas de Risco**. Poços de Caldas, Exatus, 2006. 1 mapa. Escala 1:100.000.

POÇOS DE CALDAS, Prefeitura Municipal de. **Legislação municipal**. Disponível em: <<http://pocosdecaldas.mg.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

POÇOS DE CALDAS, Prefeitura Municipal de. **Plano de desenvolvimento integrado**. Poços de Caldas, Vol. 2. 1971.

POÇOS DE CALDAS, Prefeitura Municipal de. **Revisão Do Plano Diretor: “Uma visão do futuro”**. 3 mai. 2016. 37 slides.

POÇOS, DE CALDAS, Prefeitura Municipal de. **Revisão do Plano Diretor do Município de Poços de Caldas–diagnóstico**. Poços de Caldas: Exatus, 2006.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A;

VASCONCELOS, P. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI. Introdução. In: VASCONCELOS, P. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 07-15.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Realização:



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Financiamento:



Apoio:

